

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Trevisa Investimentos S.A. é uma Companhia de capital aberto, com sede em Porto Alegre – RS. A atividade preponderante está voltada à participação no capital das empresas controladas Navegação Aliança Ltda. e Trevo Florestal Ltda.. Atua, também, na locação de conjuntos comerciais.

2 Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pela controladora, Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 14 de março de 2017 a Administração autorizou a emissão das demonstrações contábeis e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis das controladas Navegação Aliança Ltda. e Trevo Florestal Ltda.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com o IAS 21/CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 04** - Clientes
- **Nota Explicativa 07** - Ativos biológicos
- **Nota Explicativa 10** - Imobilizado
- **Nota Explicativa 16** - Provisão para contingências
- **Nota Explicativa 20** - Imposto de renda e contribuição social diferidos

c. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A legislação societária brasileira requer a apresentação obrigatória da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações contábeis apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em demonstrações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações contábeis.

d. Base de consolidação

Controladas

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis das controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas apresentam os resultados da controladora e das suas controladas, como se constituíssem uma única entidade. As transferências entre as partes relacionadas e os saldos entre as empresas relacionadas são, portanto, integralmente eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação da legislação societária brasileira, especialmente a IFRS 10/CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, compreendendo demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados todos os saldos das contas patrimoniais, receitas e despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas, bem como dos investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as Demonstrações Contábeis das seguintes controladas a seguir relacionadas:

	Participação	
	31/12/2016	31/12/2015
Navegação Aliança Ltda.	99,99%	99,99%
Trevo Florestal Ltda.	69,51%	69,51%

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro, quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Administração da Companhia classifica nessa categoria a saldos de bancos (Nota Explicativa 3), cliente (Nota Explicativa 4), partes relacionadas (Nota Explicativa 6), adiantamentos a fornecedores e outros ativos.

Ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros não derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado são inicialmente contabilizados ao seu valor justo em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os juros são calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, e são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A Administração da Companhia classifica nessa categoria as aplicações financeiras (Nota Explicativa 3).

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas (Nota Explicativa 6), financiamentos bancários (Nota Explicativa 13), contratos de mútuo (Nota Explicativa 14), fornecedores (Nota Explicativa 11), dividendos a pagar (Nota Explicativa 17) e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não participam de operações envolvendo derivativos.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de vendas de serviços, produtos e locações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

O ajuste a valor presente do saldo a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de recebimento. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

d. Estoques

Os estoques são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações e material de segurança, da controlada Navegação Aliança Ltda. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

e. Empresas relacionadas (controladora)

O saldo representa valores a receber das controladas, oriundos de operações envolvendo créditos e pagamentos de lucros distribuídos de controladas.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos, registrados na controlada Trevo Florestal Ltda., são representados por florestas de eucalipto, pinus e rebanho de gado. São mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no exercício em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada “Ajuste a valor justo de ativos biológicos”.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no final do exercício avaliado.

O valor dos novos ajustes, apurados pelas novas avaliações, contabilizado no resultado do exercício, será, por ocasião da distribuição de lucros, alocado na conta de retenção de lucros no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica.

A exaustão é calculada com base no corte das florestas e o custo do gado vendido pelo número de animais vendidos.

g. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, fornecimento de produtos ou serviços e para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

h. Investimentos em controladas

São avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e as práticas contábeis são as mesmas adotadas pela controladora.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa 10. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *Impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

j. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para a verificação de *Impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *Impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

O *Impairment* dos ativos não financeiros é revisado anualmente.

k. Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Estas obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na

prática, devido ao curto prazo de pagamento são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção de um ativo qualificável, que necessariamente requer um período longo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até sua conclusão. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Dentre as provisões levantadas, se encontram as provisões trabalhistas, cíveis, tributárias e outras as quais são provisionadas mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração das empresas. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

n. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e os diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária brasileira em vigor, através do regime do lucro real na controladora e na controlada Navegação Aliança Ltda. e pelo regime de lucro presumido na controlada Trevo Florestal Ltda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são representados por:

- Ativo não circulante:

Impostos diferidos sobre diferenças temporárias à base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes, na controlada Navegação Aliança Ltda.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, na controlada Navegação Aliança Ltda.

- Passivo não circulante:

Impostos diferidos sobre a reserva de reavaliação contabilizados na controlada Navegação Aliança Ltda., valor justo de propriedade para investimentos na controladora e terra nua contabilizado na controlada Trevo Florestal Ltda.

o. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens, serviços e locações no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda e locação.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros de rendimentos sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras incluem os juros efetivos sobre empréstimos calculados pelo prazo decorrido.

3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas, seguindo as políticas de aplicações de recursos, têm realizado suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e mantidos em instituições financeiras de primeira linha. São considerados como equivalente de caixa devido a sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos bancários	125	296	150	321
Aplicações financeiras	-	-	890	1.901
	125	296	1.040	2.222

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 Clientes

A composição do saldo de clientes está a seguir demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos	110	150	593	812
A vencer de partes relacionadas	56	55	-	-
A vencer	92	166	8.532	2.745
	258	371	9.125	3.557
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(82)	(104)	(433)	(362)
	176	267	8.692	3.195

Não é feito ajuste a valor presente dos valores a receber de clientes, devido ao curtíssimo prazo no seu recebimento, aproximadamente 5 dias na controladora e de 30 dias nas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas a vencer	148	221	8.532	2.745
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 15 dias	2	-	106	308
De 16 a 30 dias	20	-	39	16
Acima de 30 dias	88	150	448	488
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(82)	(104)	(433)	(362)
	28	46	160	450
	176	267	8.692	3.195

5 Estoques

Os estoques no consolidado são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações e material de segurança. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

6 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Total 31/12/2016	Total 31/12/2015
Controladora				
<u>Ativo circulante</u>				
Contas a receber	54	2	56	55
<u>Ativo Não Circulante</u>				
Partes relacionadas	-	234	234	699
<u>Passivo Circulante</u>				
Partes relacionadas	2	-	2	32
<u>Demonstração do Resultado</u>				
Receita de locações	399	17	416	383
Outras receitas	42	2	44	41
	441	19	460	424

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas, além da destinação de dividendos para acionistas e recebimento de lucros e de aluguéis das controladas.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Demonstramos abaixo a remuneração dos diretores e membros do conselho de administração acrescida dos benefícios de curto prazo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Diretores e Conselho de Administração	1.392	1.086	2.691	1.985
	1.392	1.086	2.691	1.985

Nos exercícios findos em dezembro de 2016 e 2015, não houve concessões de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos no consolidado em dezembro de 2016 são formados por 132 mil metros cúbicos de florestas de pinus prontos para corte, disponíveis numa área de 319 hectares, 439 mil metros cúbicos de eucalipto prontos para corte numa área de 894 hectares, florestas de pinus e eucalipto em formação, distribuídas numa área equivalente a 4.645 hectares e 518 cabeças de gado. O saldo dos ativos biológicos da controlada é composto pelo custo de formação das florestas e rebanho de gado acrescido do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, deduzidos dos custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda.

Demonstramos no quadro a seguir a movimentação da conta a partir de 31 de dezembro de 2014:

	Ativos biológicos		
	Florestas	Gado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	33.703	564	34.267
Aplicações em florestas em formação	769	-	769
Exaustão de florestas	(1.937)	-	(1.937)
Baixa do custo da venda de animais	-	(106)	(106)
Ajuste a valor justo	1.402	208	1.610
Saldos em 31 de dezembro de 2015	33.937	666	34.603
Aplicações em florestas em formação	866	-	866
Exaustão de florestas	(2.887)	-	(2.887)
Baixa do custo da venda de animais	-	(83)	(83)
Ajuste a valor justo	2.268	118	2.386
Saldos em 31 de dezembro de 2016	34.184	701	34.885

Os ativos biológicos estão apresentados pelo seu valor justo, a cada exercício social a Administração da Companhia avalia o valor justo dos ativos biológicos, pelo método do fluxo de caixa descontado e adoção de premissas com base em informações geradas por seus relatórios internos e fontes externas.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como, o preço de venda, taxas de desconto, plano de corte e considera uma taxa de desconto de 12% a.a. As estimativas estão sujeitas às incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os investimentos em florestas representam os custos na formação e manutenção de novos hortos florestais.

A exaustão e o custo dos animais vendidos são realizados pelo seu valor justo e considera o volume cortado e o número de animais vendidos.

As florestas possuem cobertura de seguro contra fogo na ordem de R\$ 12,99 milhões, representando aproximadamente 38% do valor justo. A Administração da controlada, com base em um trabalho técnico de gerenciamento de risco, aliado à disposição de seus hortos

florestais e outras medidas tomadas para reduzir riscos de incêndio, entende que é remota a possibilidade de perda total em caso de sinistro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Todos os ativos biológicos estão desonerados.

8 Propriedade para investimento

Representa o imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre - RS e utilizado para locação a terceiros.

Na avaliação da propriedade para investimentos por seu valor justo, em 31 de dezembro de 2016, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado. Para tanto, foram consideradas certas estimativas, tais como, projeção das receitas de aluguéis, das despesas de manutenção e conservação, de pessoal e dos gastos gerais. As estimativas estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

O ajuste inicial foi reconhecido na conta de lucros acumulados e a seguir transferido para a conta de ajuste patrimonial dentro do patrimônio líquido. Sobre o valor do ajuste foi deduzida a parcela de imposto de renda e contribuição social, transferido para a conta imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

O quadro abaixo demonstra as aplicações realizadas no imóvel de propriedade para investimento, que resultaram em melhorias e aumento da área construída, os gastos operacionais diretos com a propriedade para investimento e os gastos recuperados dos condôminos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no imóvel	22	844	22	844
Gastos operacionais direto	1.493	1.251	1.493	1.251
(-) Recuperação condomínio	(1.171)	(1.069)	(1.171)	(1.069)
	322	182	322	182

9 Investimentos em controladas

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	
Capital social	20.000	6.750	
Patrimônio líquido	67.514	45.860	
Quotas possuídas (milhares)	11.099	4.692	
Percentual de participação direto	99,999%	69,507%	
Resultado líquido do exercício	11.886	(1.162)	
Mutação nas contas			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	53.718	32.639	86.357
Equivalência patrimonial s/resultado	9.899	739	10.638
Equivalência patrimonial s/IR e CS da res. reavaliação reflexa	158	-	158
Distribuição de lucros	(4.000)	(694)	(4.694)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	59.775	32.684	92.459
Equivalência patrimonial s/resultado	11.886	(808)	11.078
Equivalência patrimonial s/IR e CS da res. reavaliação reflexa	123	-	123
Reversão de juros sobre capital próprio	(800)	-	(800)
Distribuição de lucros	(3.470)	-	(3.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.514	31.876	99.390

O controle indireto da controlada Trevo Florestal Ltda. é exercido através da controlada Navegação Aliança Ltda. que detêm a participação de 30,493%.

10 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Controladora	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	189	(127)	62	185	(112)	73
Equipamentos e instalações	10	1.153	(1.043)	110	1.153	(940)	213
Veículos	20	22	(22)	-	22	(22)	-
		1.364	(1.192)	172	1.360	(1.074)	286
Consolidado	Taxa de Depreciação (%)	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terras, Terrenos e Prédios		16.809	(501)	16.308	16.809	(475)	16.334
Móveis e utensílios	10 a 20	2.268	(1.641)	627	2.004	(1.500)	504
Equipamentos e Instalações	10	7.560	(5.046)	2.514	6.863	(4.498)	2.365
Veículos	10 a 20	6.472	(5.546)	926	6.683	(5.624)	1.059
Embarcações	5 a 10	171.975	(76.873)	95.102	134.719	(66.317)	68.402
Ativos em andamento		7.227	-	7.227	24.930	-	24.930
		212.311	(89.607)	122.704	192.008	(78.414)	113.594

b. Movimentação do imobilizado

Controladora

	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Ativos em andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	182	1.153	75	829	2.239
Adições	3	-	-	12	15
Baixas	-	-	(53)	(841)	(894)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	185	1.153	22	-	1.360
Adições	4	-	-	-	4
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	189	1.153	22	-	1.364
Depreciações					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(96)	(827)	(75)	-	(998)
Depreciação	(16)	(113)	-	-	(129)
Baixas	-	-	53	-	53
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(112)	(940)	(22)	-	(1.074)
Depreciação	(15)	(103)	-	-	(118)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(127)	(1.043)	(22)	-	(1.192)
Valor contábil líquido:					
Em 31 de dezembro de 2014	86	326	-	829	1.241
Em 31 de dezembro de 2015	73	213	-	-	286
Em 31 de dezembro de 2016	62	110	-	-	172

Consolidado

	Terras, terrenos e prédios	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Embarcações	Ativos em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.809	1.866	5.756	6.675	127.742	2.930	161.778
Adições	-	159	1.107	303	1.844	28.536	31.949
Baixas	-	(21)	-	(295)	(30)	(1.373)	(1.719)
Transferências	-	-	-	-	5.163	(5.163)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.809	2.004	6.863	6.683	134.719	24.930	192.008
Adições	-	260	697	354	456	19.104	20.871
Baixas	-	(3)	-	(565)	-	-	(568)
Transferências	-	7	-	-	36.800	(36.807)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.809	2.268	7.560	6.472	171.975	7.227	212.311
Depreciações							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(449)	(1.370)	(3.965)	(5.298)	(57.168)	-	(68.250)
Depreciação	(26)	(143)	(533)	(604)	(9.179)	-	(10.485)
Baixas	-	13	-	278	30	-	321
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(475)	(1.500)	(4.498)	(5.624)	(66.317)	-	(78.414)
Depreciação	(26)	(141)	(548)	(453)	(10.556)	-	(11.724)
Baixas	-	-	-	531	-	-	531
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(501)	(1.641)	(5.046)	(5.546)	(76.873)	-	(89.607)
Valor contábil líquido:							
Em 31 de dezembro de 2014	16.360	496	1.791	1.377	70.574	2.930	93.528
Em 31 de dezembro de 2015	16.334	504	2.365	1.059	68.402	24.930	113.594
Em 31 de dezembro de 2016	16.308	627	2.514	926	95.102	7.227	122.704

A Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2016.

Em garantia dos financiamentos bancários das controladas, foram oferecidos, além do aval da Controladora, bens do imobilizado cujo valor contábil residual é de R\$ 70.881 (R\$ 66.054 em 31 de dezembro de 2015) a seguir demonstrado:

	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Residual
Embarcações	83.654	(17.143)	66.511
Veículos transportadores	1.492	(1.187)	305
Bem imóvel	4.065	-	4.065
	89.211	(18.330)	70.881

11 Fornecedores

Os saldos demonstrados em fornecedores no passivo circulante no montante de R\$ 89 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$ 3.763 (R\$ 2.242 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, são provenientes de compras no mercado nacional cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 45 dias.

12 Encargos sociais e tributários a pagar

Representam obrigações correntes representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Previdência social e FGTS	34	32	464	401
Salários a pagar	74	-	866	31
Obrigações processuais	234	77	287	130
Prêmio de metas a pagar	-	52	5	432
Abono Indenizatório e gratificação	10	-	445	-
Provisão para férias, 13º salário e encargos	23	20	2.619	2.662
Obrigações sociais e trabalhistas	375	181	4.686	3.656
Tributos correntes	269	270	1.527	808
Tributos correntes	269	270	1.527	808
	644	451	6.213	4.464

13 Financiamentos bancários

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Navegação Aliança Ltda.				
BNDES	1.697	5.598	1.736	7.301
Badesul	288	1.414	287	1.701
Badesul - Finame PSI	2.830	15.094	2.830	17.925
Bradesco – Cap. Giro	1.997	-	92	-
Santander – Cap. Giro	-	-	500	-
BRDE	2.865	20.807	-	15.370
Badesul - Finame Moderniza	675	900	490	1.575
Bradesco – Financiamentos	-	-	61	-
	10.352	43.813	5.996	43.872
Trevo Florestal Ltda.				
Santander – Finame	61	83	123	144
De Lage Landen Brasil – Finame	27	65	95	92
Caixa Econômica Federal/BNDES	18	15	23	33
	106	163	241	269
	10.458	43.976	6.237	44.141

Navegação Aliança Ltda.					
Banco	Finalidade	Encargos (%)	Garantias	Amortização	
				Início	Fim
BNDES	Navio Germano Becker	80% TJLP + 3,5% a.a. 20% Dolar + 3,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	10/10/2006	10/09/2018
BNDES	Navio Frederico Madörin	TJLP + 3,3% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	10/12/2010	10/10/2022
Badesul	Navio Frederico Madörin	TJLP + 3,8% a.a.	Hipoteca de imóvel da Trevo Florestal e Aval da Controladora	10/01/2011	10/11/2022
Badesul - Finame PSI	Navio João Mallmann	3% a.a.	Alienação fiduciária, Hipoteca de imóvel da Trevo Florestal e Aval da Controladora	15/07/2013	17/04/2023
Bradesco	Veiculo transportador	4,3% a.a	Alienação fiduciária e aval da controladora	24/08/2015	30/07/2016
Bradesco	Capital de giro	1,27% a.m.	Aval da Controladora	19/02/2015	09/01/2016
Bradesco	Capital de giro	1,61% a.m.	Aval da Controladora	22/04/2016	22/04/2016
Bradesco	Capital de giro	1,45% a.m.	Aval da Controladora	19/01/2017	19/12/2017
Santander	Capital de giro	1,39% a.m.	Aval da Controladora	28/02/2015	28/01/2016
Santander	Capital de giro	1,43% a.m.	Aval da Controladora	04/04/2015	04/03/2016
BRDE	Navio Juan Rassmuss	4,50% a.a.	Alienação fiduciária e Hipoteca do imóvel da Controladora	15/02/2017	15/01/2025
Badesul - Finame Moderniza	Modernização Trevo Roxo	TJLP + 6,10% a.a.	Hipoteca de imóvel da Trevo Florestal e Aval da Controladora	16/05/2016	15/04/2019

Trevo Florestal Ltda.					
Banco	Finalidade	Encargos %	Garantias	Amortização	
				Início	Fim
Santander - Finame	Equipamento florestal	6,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	16/11/2011	15/08/2016
Santander - Finame	Equipamento florestal	4,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/07/2014	15/04/2019
Santander - Finame	Equipamento florestal	6,0% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/08/2014	15/05/2019
De Lage Landen - Finame	Veículos transportadores	5,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	16/05/2011	16/11/2016
De Lage Landen - Finame	Veículos transportadores	4,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/09/2014	15/05/2020
Caixa Econ. Federal/BNDES	Veículo transportador	0,86% a.m.	Aval da Controladora	15/05/2013	15/04/2017
Caixa Econ. Federal/BNDES	Garra Florestal	0,99% a.m.	Aval da Controladora	15/01/2015	15/12/2018

14 Mútuos

a. Com acionistas

No passivo não circulante do consolidado estava registrado o montante de R\$ 1.005 em 31 de dezembro de 2015, referente a contratos de mútuos obtidos junto a acionistas da Controladora firmado com a controlada Navegação Aliança Ltda.. A remuneração pactuada era de 1,5% ao mês a título de variação monetária e juros. O referido contrato de mútuo foi liquidado em agosto de 2016.

b. Controladas

Em 03 de fevereiro de 2016, foi firmado um contrato de mútuo entre as coligadas Navegação Aliança Ltda. e Trevo Florestal Ltda., o valor concedido foi de R\$ 100. A remuneração pactuada foi pela taxa de CDI. O referido contrato de mútuo foi liquidado em maio de 2016.

15 Impostos a pagar – Refis

Foram incluídos no programa de parcelamento - REFIS, o imposto de renda, a contribuição social, imposto de renda retido na fonte, encargos previdenciários, PIS e COFINS. O saldo devedor está atualizado pela variação da TJLP e amortizado, mensalmente, até o mês de setembro de 2013, na base de 1,2% do faturamento bruto. A partir de outubro de 2013 até dezembro de 2050, conforme estabelecido pelo ofício expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil número 071/2013/DRFB/POA/SECAT a amortização mensal será de R\$ 19 e atualizada mensalmente pela variação da TJLP. Não foram registrados ajustes a valor presente, pois os valores são atualizados mensalmente. Em garantia do débito foi oferecido o imóvel de propriedades para investimentos (Nota Explicativa 8).

16 Provisão para contingências

Composição da provisão para contingências:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	10	-	3.030	3.320
Trabalhistas (Saturnismo)	614	742	614	742
Meio ambiente	233	538	233	538
Cível	-	-	54	79
Tributário	-	-	1.600	-
	857	1.280	5.531	4.679

Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora			
	31/12/2015	Provisão	Reversão	Pagamento
Trabalhistas	-	10	-	-
Trabalhistas (Saturnismo)	742	-	(112)	(16)
Meio ambiente	538	-	-	(305)
	1.280	10	(112)	(321)

	Consolidado			
	31/12/2015	Provisão	Reversão	Pagamento
Trabalhistas	3.320	870	(589)	(571)
Trabalhistas (Saturnismo)	742	-	(112)	(16)
Meio ambiente	538	-	-	(305)
Cível	79	-	-	(25)
Tributário	-	1.600	-	-
	4.679	2.470	(701)	(917)

a. Controladora

Processo trabalhista

Representado por 08 (oito) demandas que tramitam na Comarca de Porto Alegre (RS), ajuizadas por funcionários de uma empresa terceirizadas (Limpeza e Segurança), tendo como pedidos, entre outros, diferença de horas extras, adicional de insalubridade, intervalo intrajornada, etc. A perda é considerada como provável em apenas 01 (um) dos processos, sendo que a Administração da controlada constitui provisão que entende como satisfatória para cobrir eventuais perdas. Nos demais processos, a perspectiva de perda é considerada como remota.

Processos trabalhistas (Saturnismo)

São representados por processos tramitando em primeira e segunda instância no estado da Bahia. Os pedidos são exclusivamente de danos por eventual exposição e contaminação por metais pesados. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que todos os processos podem ser considerados com perda provável. A Administração, juntamente com esses consultores jurídicos, entende que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Meio ambiente:

- i) Um processo administrativo junto a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) para a recuperação do solo da unidade de São Lourenço da Serra, SP, com os trabalhos já concluídos, porém, aguardando autorização do CETESB para destinação do material retirado do solo.
- ii) Um processo (Ação Civil Pública) tramitando na 3ª Vara Federal de Salvador/BA, e que possui sentença determinando o trabalho de contenção e monitoramento da área industrial localizada no município de Santo Amaro/BA. A sentença está pendente de recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, todavia, em atendimento a antecipação de tutela concedida judicialmente, os trabalhos já foram iniciados e estão transcorrendo sob a supervisão e acompanhamento do Instituto do Meio Ambiente e Recurso Hídricos do Estado da Bahia – INEMA.

b. Controladas

Navegação Aliança Ltda.

Processos trabalhistas

São representados por processos instaurados em diversas varas trabalhistas do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2007 a 2016, destes processos, 25 (vinte e cinco) estão em fase de instrução, 35 (trinta e cinco) se encontram em 2ª instância com recursos pendentes de decisão, e 01 (um) processo encontra-se em fase de execução. As principais postulações, entre outras, incluem diferenças de horas extras, equiparação salarial, adicionais e danos morais. São considerados como perdas prováveis e a Administração, amparada nas opiniões e pareceres dos consultores jurídicos, entende que o valor da provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Trevo Florestal Ltda.

Processos trabalhistas

Representado por 04 (quatro) demandas que tramitam na Comarca de Rio Grande (RS) e Pelotas (RS), tendo como pedidos, entre outros, diferença de horas extras, adicional de insalubridade, intervalo intrajornada e dano moral. A perda é considerada como provável e a Administração da controlada constituiu provisão que entende como satisfatória para cobrir eventuais perdas.

Processo tributário

Representado por uma execução fiscal proposta em 26/01/2000 pelo Estado do Rio Grande do Sul, tramitando na 1ª vara cível da Comarca de Rio Grande, visando o recebimento de valores supostamente devidos a título de ICM não informados em GIA e de multa qualificada. O valor da causa atualizado em 31 de dezembro de 2016 representa a importância de R\$ 1.609 e foi oferecido bem imóvel em garantia do juízo, e em atendimento ao requisito legal de condição para oposição dos Embargos à Execução (defesa). A Administração, com base na opinião e parecer do seu consultor jurídico, entende que existe acentuada probabilidade de perda, razão pela qual constitui provisão em valores suficientes para cobertura de efetivas perdas.

17 Dividendos obrigatórios creditados

Conforme artigo 27 do Estatuto Social da controladora o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. O dividendo proposto no montante de R\$ 2.500, refere-se à distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

Controladora e Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	8.991	8.455
Reserva legal: (5%)	(449)	(423)
Lucro após reserva legal	8.542	8.032
Reversão de dividendos	-	20
Reversão de reservas:		
Reserva de reavaliação	239	307
Ajuste IR e CS s/Reserva de reavaliação	123	158
Lucros realizados sobre ajuste de ativos biológicos	2.460	1.700
Lucros a realizar sobre ajuste de ativos biológicos	(2.386)	(1.610)
Base de cálculo dos dividendos de 25%	8.978	8.607
Dividendos obrigatórios	2.245	2.152
Dividendos complementares	225	225
Total dos dividendos	2.500	2.377
Dividendo por ação:		
Ordinária	0,683	0,650
Preferencial	0,751	0,715
Dividendo total por classe de ação:		
Ordinárias	1.047	996
Preferenciais	1.453	1.381
	2.500	2.377

18 Juros sobre capital próprio - JCP

A controlada Navegação Aliança Ltda., a partir de janeiro de 2016, passou a pagar aos seus cotistas juros sobre capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Controlada pagou R\$ 800 mil, os quais foram registrados para fins fiscais como receita financeira na controladora. Para efeito destas demonstrações contábeis, a receita de juros sobre capital próprio recebido pela controladora foi creditada na conta de investimentos.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 30.000 e está representado por 1.532.000 ações ordinárias e 1.932.000 ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais sem direito a voto, tem prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

b. Reserva de reavaliação

Com base nas disposições da Deliberação CVM 27/86, é mantido o saldo desta conta, que representa equivalência patrimonial reflexa calculada sobre a reavaliação de embarcações contabilizada no ano de 1991, pela controlada Navegação Aliança Ltda.

É realizada por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados. O valor realizado é transferido para a conta de lucros acumulados.

A Companhia optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização, em concordância com a Lei 11.638/07.

c. Reserva de lucros

i. Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, para constituição da reserva legal; ou poderá, a critério da Companhia, constituir até o limite de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de Acionistas.

ii. Retenção de lucros

Representa os efeitos pelo reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo. A Companhia optou em reconhecer seus efeitos, como retenção de lucros, até serem realizados econômica e financeiramente.

iii. Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o efeito da aplicação do custo atribuído a terra nua onde estão localizados os hortos florestais da controlada Trevo Florestal Ltda. e sobre o valor justo de propriedade para investimentos na controladora. Os valores estão demonstrados líquidos dos impostos.

iv. Reserva de investimentos e/ou reforço de capital de giro

Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado pela dedução dos dividendos obrigatórios e não pode exceder o valor do capital social.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo não circulante				
Provisão de perda de depósito judicial	-	-	67	61
Provisão de perda empréstimo compulsório	-	-	1	1
Provisão de perda de títulos dívida agrária	-	-	109	109
Provisão de perda de impostos a recuperar	-	-	58	88
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	334	-
Provisão de perda com riscos processuais	-	-	1.032	1.146
Provisão trabalhista	-	-	149	332
Prejuízos fiscais	-	-	146	-
IR e CS diferidos - Ativo não circulante	-	-	1.896	1.737
Passivo não circulante				
Propriedades para investimentos	(3.644)	(3.644)	(3.644)	(3.644)
Terra nua	-	-	(4.118)	(4.118)
Reserva de reavaliação de embarcações	-	-	(613)	(736)
IR e CS diferidos - Passivo não circulante	(3.644)	(3.644)	(8.375)	(8.498)
IR e CS diferidos líquido	(3.644)	(3.644)	(6.479)	(6.761)
Resultado do exercício	-	-	159	1.737

O imposto de renda e a contribuição social diferidos no ativo não circulante são incidentes sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, na controlada Navegação Aliança Ltda..

Os impostos diferidos contabilizados no passivo não circulante foram calculados sobre propriedades para investimentos da controladora e terra nua da controlada Trevo Florestal Ltda., foram apurados sobre o valor justo desses bens contabilizado por ocasião da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis e serão realizados quando de sua alienação.

Os impostos diferidos calculados sobre a reserva de reavaliação de embarcações da controlada Navegação Aliança Ltda., contabilizada em 1991, estão sendo realizados conforme a realização do saldo da reavaliação registrada para as embarcações reavaliadas, a realização do saldo da reavaliação das embarcações se dá por depreciações, baixas e vendas.

21 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vendas de serviços	-	-	91.527	70.049
Vendas de produtos	-	-	6.690	7.516
Receita de locações	1.976	2.154	1.560	1.771
Descontos	-	-	(43)	(28)
Devoluções	-	-	(298)	(1.159)
Impostos sobre vendas	(262)	(214)	(6.171)	(3.708)
	1.714	1.940	93.265	74.441

22 Custos e despesas por natureza

O quadro abaixo demonstra a composição dos principais gastos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Gastos com pessoal, remuneração da diretoria e encargos sociais	(1.657)	(1.318)	(29.843)	(23.120)
Combustível e lubrificantes	-	(2)	(12.498)	(9.906)
Seguros	(5)	(2)	(2.084)	(1.439)
Portuárias	-	-	(527)	(197)
Rebocador	-	-	(2.226)	(2.152)
Frete	-	-	(584)	(589)
Serviço de estiva	-	-	(2.245)	(2.209)
Gastos com manutenções	-	-	(6.064)	(4.213)
Vistorias	-	-	(501)	(433)
Desencalhe	-	-	(127)	-
Honorários e serviços terceiros	(539)	(650)	(2.912)	(1.821)
Água e energia elétrica	-	(2)	(208)	(259)
Comunicações	(8)	(7)	(229)	(272)
Material de exp. e sistemas	-	-	(526)	(390)
Impostos e taxas	(130)	(100)	(560)	(478)
Materiais e serviços	-	-	(899)	(1.153)
Viagens	(31)	(53)	(148)	(162)
Publicações	(83)	(86)	(83)	(86)
Despesas contencioso	(844)	(1.351)	(2.032)	(2.267)
Despesas com sinistro	(6)	-	(918)	(1.545)
Despesas condomínio	(322)	(221)	(322)	(221)
Custo na venda de gado	-	-	(83)	(106)
Provisão devedores duvidosos	-	(104)	(93)	(214)
Depreciação	(118)	(129)	(11.724)	(10.485)
Exaustão	-	-	(2.887)	(1.937)
(-) Replanteio e form. florestas	-	-	828	727
Outros gastos administrativos	(30)	(123)	(1.349)	(1.522)
	(3.773)	(4.148)	(80.844)	(66.449)
Distribuição:				
Custos das vendas e serviços	-	-	(65.698)	(54.638)
Remuneração dos administradores	(1.392)	(1.086)	(2.691)	(1.985)
Despesas administrativas	(2.381)	(3.062)	(12.455)	(9.826)
	(3.773)	(4.148)	(80.844)	(66.449)

23 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Taxas administrativas de condomínio	202	200	158	159
Indenização contratual	-	-	-	842
Ressarcimento de sinistro	-	-	256	1.487
Venda de bens permanentes	-	13	93	148
Receita de alugueis	-	-	417	566
Receitas diversas	16	4	341	101
Outras receitas operacionais	218	217	1.265	3.303
PECLD Alugueis a receber	-	-	(984)	-
Custo da baixa de bens permanentes	-	-	(33)	(25)
Outras despesas operacionais	-	-	(1.017)	(25)
Outras receitas (despesas) operacionais	218	217	248	3.278

24 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira de aplicações	-	-	321	338
Outras receitas financeiras	22	29	160	134
Receitas financeiras	22	29	481	472
Variação monetária contratos de mútuo	-	-	(209)	(5)
Despesas bancárias	(3)	(3)	(63)	(47)
Encargos Refis	(254)	(217)	(254)	(217)
Descontos concedidos	(11)	(1)	(11)	(151)
Juros e variações monetárias e cambiais	-	-	(2.314)	(2.341)
Despesas financeiras	(268)	(221)	(2.851)	(2.761)
Despesas financeiras líquidas	(246)	(192)	(2.370)	(2.289)

25 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além das seguintes classificações: (a) Empréstimos e recebíveis; (b) Ao valor justo por meio do resultado; e (c) Pelo custo amortizado.

Os instrumentos financeiros da Companhia, em aberto em cada data base, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
a. Ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (nota 3)	-	-	890	1.901
b. Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos (nota 3)	125	296	150	321
Clientes (nota 4)	176	267	8.692	3.195
Partes relacionadas (nota 6)	234	699	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	5	274	198
Outros ativos	-	37	321	824
Ativos financeiros totais	535	1.304	10.327	6.439
Passivos financeiros				
c. Pelo custo amortizado				
Partes relacionadas (nota 6)	(2)	(32)	-	-
Financiamentos bancários (nota 13)	-	-	(54.434)	(50.378)
Contrato de mútuo (nota 14)	-	-	-	(1.005)
Dividendos a pagar (nota 17)	(2.500)	(2.377)	(2.500)	(2.377)
Fornecedores (nota 11)	(89)	(213)	(3.763)	(2.242)
Outras contas a pagar	(95)	(88)	(175)	(256)
Passivos financeiros totais	(2.686)	(2.710)	(60.872)	(56.258)
Instrumentos financeiros totais	(2.151)	(1.406)	(50.545)	(49.819)

b. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, não mantém saldos em aberto referentes a instrumentos financeiros derivativos naquelas datas.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, sujeitos a atualização monetária, comparados com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	125	125	296	296
Clientes (nota 4)	176	176	267	267
Partes relacionadas (nota 6)	234	234	699	699
Adiantamentos a fornecedores	-	-	5	5
Outros ativos	-	-	37	37
Ativos financeiros totais	535	535	1.304	1.304
Partes relacionadas (nota 6)	(2)	(2)	(32)	(32)
Dividendos a pagar (nota 17)	(2.500)	(2.500)	(2.377)	(2.377)
Fornecedores a pagar (nota 11)	(89)	(89)	(213)	(213)
Outras contas a pagar	(95)	(95)	(88)	(88)
Passivos financeiros totais	(2.686)	(2.686)	(2.710)	(2.710)
Instrumentos financeiros totais	(2.151)	(2.151)	(1.406)	(1.406)

Consolidado	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1.040	1.040	2.222	2.222
Clientes (nota 4)	8.692	8.692	3.195	3.195
Adiantamentos a fornecedores	274	274	198	198
Outros ativos	321	321	824	824
Ativos financeiros totais	10.327	10.327	6.439	6.439
Financiamentos bancários (nota 13)	(54.434)	(54.434)	(50.378)	(50.378)
Contrato de mútuo (nota 14)	-	-	(1.005)	(1.005)
Dividendos a pagar (nota 17)	(2.500)	(2.500)	(2.377)	(2.377)
Fornecedores (nota 11)	(3.763)	(3.763)	(2.242)	(2.242)
Outras contas a pagar	(175)	(175)	(256)	(256)
Passivos financeiros totais	(60.872)	(60.872)	(56.258)	(56.258)
Instrumentos financeiros totais	(50.545)	(50.545)	(49.819)	(49.819)

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Transações com partes relacionadas

A operação é contratada a encargos fixos e o montante demonstrado representa o saldo devido nas datas das demonstrações.

Financiamentos bancários

Os valores apresentados nas demonstrações contábeis representam o valor justo dos financiamentos bancários, uma vez que, a Companhia, apropria os encargos pelo prazo decorrido. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente seriam em montantes não representativos.

d. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras demonstrações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Empresa não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras (nota 3)	890	-	-	1.901	-	-
Financiamentos bancários (nota 13)	(54.434)	-	-	(50.378)	-	-

e. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais com as contas a receber e de aplicação de recursos, incluindo depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de liquidez imediata, adiantamentos a fornecedores e outros créditos a receber.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa 4, a Companhia reconhece a Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa para cobrir o risco de crédito.

A seguir, estão apresentados os ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco crédito:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				
Aplicações financeiras (nota 3)	-	-	890	1.901
Clientes (nota 4)	176	267	8.692	3.195
Adiantamentos a fornecedores	-	5	274	198
Outros créditos a receber	-	37	321	824
	176	309	10.177	6.118

f. Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas. É o risco da Companhia encontrar dificuldade para cumprir com suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração mantém a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem considerado como adequado.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 nas demonstrações contábeis consolidadas:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2017	2018	2019	2020	2021 a2025
Passivos financeiros não derivativos							
Financiamentos bancários (nota 13)	54.434	63.218	13.050	10.278	8.879	8.270	22.741
Fornecedores (nota 11)	3.763	3.763	3.763	-	-	-	-
Total	58.197	66.981	16.813	10.278	8.879	8.270	22.741
31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2016	2017	2018	2019	2020 a2025
Passivos financeiros não derivativos							
Financiamentos bancários (nota 13)	50.378	59.882	8.625	9.502	8.968	7.596	25.191
Fornecedores (nota 11)	2.242	2.242	2.242	-	-	-	-
Total	52.620	62.124	10.867	9.502	8.968	7.596	25.191

g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

h. Risco de variação cambial de moedas estrangeiras

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado à variação cambial de moedas estrangeiras. Dessa forma, não está sendo apresentada a análise de sensibilidade quantitativa referente a risco de exposição à variação cambial de moeda estrangeira.

i. Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros variável, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Valor contábil dos instrumentos financeiros de taxa variável		
Aplicações financeiras (nota 3)	890	1.901
Financiamentos bancários (nota 13)	(10.572)	(13.090)
	(9.682)	(11.189)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio e no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, de acordo com os montantes abaixo demonstrados. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%) no Consolidado	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31/12/2016	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31/12/2015
- Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável (nota 25 i)	97	112

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

27 Segmentos operacionais

As atividades operacionais são desenvolvidas de forma autônoma em cada uma das empresas as quais, de forma resumida a seguir relatamos:

Atividade de transporte aquaviário

É desenvolvida pela controlada Navegação Aliança Ltda. com uma frota de 18 embarcações com capacidade estática de 53 mil toneladas ou o equivalente a mais de 2.500 caminhões. A capacidade varia de 1,4 a 5,2 mil toneladas por embarcação. Todas contam com tecnologia de ponta em segurança, como a navegação por satélite e sofisticados equipamentos de navegação que contribuem para uma navegação mais econômica e segura.

As principais cargas transportadas entre a grande Porto Alegre e Rio Grande são: soja e celulose. No sentido Rio Grande/Pelotas para a grande Porto Alegre as principais cargas são: fertilizantes, trigo, madeira e clínquer. Existem ainda outras cargas em menor volume como sal, cevada e arroz.

Atividade de reflorestamento

É desenvolvida pela Trevo Florestal Ltda., que conta com uma área aproximada de 12 mil hectares ao sul de Rio Grande - RS. Despontando como uma das grandes representantes do setor de reflorestamento regional, produz pinus, eucalipto e resina do gênero pinus, em cerca de 5.800 hectares plantados em uma área própria, junto à Reserva Ecológica do Taim - RS. São aproximadamente 15 quilômetros de costa marítima administrados com uma filosofia de harmonia entre os processos de trabalho, meio ambiente e comunidade local.

Atividade de locação de salas

É operada pela controladora que é proprietária de um imóvel em Porto Alegre - RS, com área aproximada de 10.000 m², cujas salas comerciais são destinadas à locação.

Demonstramos nos quadros a seguir os resultados operacionais por segmento:

a. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2016

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Investimentos S. A.	Eliminações	Consolidado	
Venda líquida de produtos	-	6.420	-	-	6.420	
Venda líquida de serviços	85.547	-	-	-	85.547	
Receita de locações	-	-	1.714	(416)	1.298	(a)
Custos dos serviços e produtos vendidos	(59.226)	(6.547)	-	75	(65.698)	(b)
Lucro bruto	26.321	(127)	1.714	(341)	27.567	
Despesas administrativas	(8.451)	(3.307)	(3.773)	385	(15.146)	(c)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11)	85	218	(44)	248	(d)
Ajuste a valor justo dos ativos biológicos	-	2.386	-	-	2.386	
Equivalência patrimonial	(354)	-	11.078	(10.724)	-	
Resultado antes dos efeitos financeiros	17.505	(963)	9.237	(10.724)	15.055	
Receitas financeiras	431	29	22	(1)	481	
Despesas financeiras	(2.549)	(35)	(268)	1	(2.851)	
Resultado antes dos impostos	15.387	(969)	8.991	(10.724)	12.685	

- (a) A receita de locação no consolidado está reduzida do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 416.
- (b) No custo dos produtos vendidos no consolidado está reduzido o aluguel pago a controladora no montante de R\$ 75.
- (c) A despesa administrativa no consolidado está reduzida do aluguel pago a controladora no montante de R\$ 385.
- (d) As outras receitas no consolidado estão reduzidas do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 44.

b. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2015

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Investimentos S.A.	Eliminações	Consolidado
Venda líquida de produtos	-	7.222	-	-	7.222
Venda líquida de serviços	65.662	-	-	-	65.662
Receita de locações	-	-	1.940	(383)	1.557 (a)
Custos dos serviços e produtos vendidos	(48.695)	(6.012)	-	69	(54.638) (b)
Lucro bruto	16.967	1.210	1.940	(314)	19.803
Despesas administrativas	(6.462)	(1.556)	(4.148)	355	(11.811) (c)
Outras receitas (despesas) operacionais	3.035	67	217	(41)	3.278 (d)
Ajuste a valor justo dos ativos biológicos	-	1.610	-	-	1.610
Equivalência patrimonial	325	-	10.638	(10.963)	-
Resultado antes dos efeitos financeiros	13.865	1.331	8.647	(10.963)	12.880
Receitas financeiras	430	13	29	-	472
Despesas financeiras	(2.493)	(47)	(221)	-	(2.761)
Resultado antes dos impostos	11.802	1.297	8.455	(10.963)	10.591

- (a) A receita de locação no consolidado está reduzida do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 383.
- (b) No custo dos produtos vendidos no consolidado está reduzido o aluguel pago a controladora no montante de R\$ 69.
- (c) A despesa administrativa no consolidado está reduzida do aluguel pago a controladora no montante de R\$ 355.
- (d) As outras receitas no consolidado estão reduzidas do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 41.

c. Depreciação por segmento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Transporte aquaviário	-	-	11.202	9.800
Reflorestamento	-	-	404	556
Locação de salas	118	129	118	129
Total	118	129	11.724	10.485

d. Ativos por segmento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Transporte aquaviário	-	-	120.112	106.540
Reflorestamento	-	-	52.808	52.589
Locação de salas	114.326	108.229	14.646	15.016
Total	114.326	108.229	187.566	174.145

28 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a seguir demonstramos a reconciliação do lucro aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação.

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	8.991	8.455
Ações ordinárias – Lote de mil	1.532,000	1.532,000
Ações preferenciais – Lote de mil	1.932,000	1.932,000
Total de ações- Lote de mil	3.464,000	3.464,000
Lucro por lote de mil ações - Básico - R\$	2,5956	2,4408

Lucro diluído por ação

A Companhia não está apresentando o cálculo do lucro diluído por ação, conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não possuir potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.
